

Permanência de estudantes no ensino fundamental

Evidências para a orientação de políticas de promoção de equidade



1/

Introdução

ESTA SÍNTESE TRAZ EVIDÊNCIAS sobre estratégias que podem contribuir para a permanência de estudantes no ensino fundamental. De início, cabe apontar que há uma fundamentação legal que embasa a pertinência de estudos, práticas e políticas para a garantia da permanência qualificada no sistema escolar. O termo “permanência” pode ser encontrado em diversos textos legais que normatizam e organizam a educação brasileira, quando estes se referem à *igualdade de condições para acesso e permanência na escola*. Isto implica em deveres do Estado, da família, em colaboração com a sociedade como um todo para com a educação escolar enquanto direito fundamental de cidadania (CF/88, Art. 206; LDBEN 9.394/96, Art. 3º, inciso VII; Art. 14, § 2º, inciso II; Art. 37, § 2º; Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53, inciso I).

Pesquisas sobre trajetórias educacionais relativas ao acesso, permanência e aprendizagem de nossos estudantes têm demonstrado profundas e persistentes desigualdades no sistema educacional que afetam grupos socialmente minoritários do país, caracterizados por cidadãos de baixo nível socioeconômico, negros e residentes em localidades periféricas (Mont’alvão Neto, 2011; Ribeiro; Cenevita; Brito, 2014; Alves; Soares; Xavier, 2016; Alves, 2020). Elas evidenciam que as desigualdades educacionais acontecem há muitas décadas como algo estrutural em nossos sistemas escolares e estão ligadas a uma série de outros problemas próprios de nossa conjuntura injusta. Nesse sentido, Soares, Alves e Fonseca (2021) argumentam que as variáveis que interferem nas trajetórias dos estudantes operam concomitantemente e tendem a produzir efeitos cumulativos negativos no curso de vida; e que trajetórias escolares irregulares, marcadas por altas taxas de reprovação, abandono, evasão escolar e desempenho abaixo do esperado evidenciam desigualdades que afetam sobretudo meninas e meninos negros (principalmente estes últimos) de baixo nível socioeconômico (Fernandes, 2010).

POR

[Luiz Carlos de Souza
[Jane Santos da Silva

Docentes do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCHS-UNIRIO).

Não são as características desses estudantes as causas principais da situação excludente em que são postos, mas, sim, condicionantes sociais mais amplos, como as da segregação sociorracial, os contextos familiares, a estrutura educacional e escolar, a gestão das políticas públicas de educação e a gestão das próprias escolas, a dificuldade do sistema em estabelecer um diálogo que possibilite maiores chances de vinculação/identificação dos cidadãos de classes populares com os princípios, valores e práticas escolares vigentes. Uma evidência nesse sentido é a de que, em contraposição à quase universalização do atendimento escolar à população de 6 a 14 anos de idade (98,1%), o percentual de jovens de 16 anos com o ensino fundamental completo ainda é bem menor, equivalente a 75,8% (Soares *et al.*, 2021). Esses dados são corroborados por informações da PNAD Contínua de 2019, que expõe a condição desvantajosa da população preta e parda em relação à população branca no tocante à alfabetização, à média de anos de estudo e à conclusão da educação básica. Pessoas pretas e pardas são menos alfabetizadas, têm menos anos de estudo completos e menores taxas de conclusão da educação básica. Essas desigualdades são persistentes em relação à população branca nos últimos anos, como evidenciadas na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Desigualdades étnico-raciais de direitos educacionais no Brasil.

		2016	2017	2018	2019
Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (%)	Branca	4,1	4,0	3,9	3,6
	Preta ou parda	9,8	9,3	9,1	8,9
Anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais	Branca	10,0	10,1	10,3	10,4
	Preta ou parda	8,0	8,2	8,4	8,6
Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio (%)	Branca	53,6	54,7	55,7	57,0
	Preta ou parda	37,2	38,9	40,3	41,8

Fonte: PNAD Contínua-educação (2019)

Como agravante nesse cenário, nossa investigação revela que são quase inexistentes pesquisas e registros sistemáticos de ações voltadas para lidar de forma a antecipar os efeitos excludentes destas desigualdades, e é justamente na perspectiva da permanência que tais ações podem ser efetivas.

2/

Definições

OS CONCEITOS DE PERMANÊNCIA E EVASÃO se distinguem em termos de seus significados, suas implicações sobre a trajetória dos estudantes, suas formas de abordagem, estratégias de atuação e políticas de busca/enfrentamento.

> **Abandono escolar**

Quando um estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo.

> **Evasão escolar**

Situação em que o estudante, seja ele reprovado ou aprovado, não é matriculado para dar continuidade aos estudos no ano seguinte. Configura-se como um fator ligado às desigualdades sociais, aos percalços impostos socialmente e majoritariamente às trajetórias escolares de determinados grupos. Sobre tal tema já existe uma extensa literatura. A evasão escolar se inicia na educação infantil, estende-se ao longo do ensino fundamental, se agrava no ensino médio e está associada a motivos intrínsecos e extrínsecos que afetam nossos estudantes (Neri, 2009).

> **Permanência escolar**

Perspectiva preventiva e garantidora dos direitos fundamentais de cidadania ligados à educação, ou seja, a da permanência qualificada no sistema escolar, a qual está associada a uma trajetória escolar regular (Soares *et al.*, 2021). Pode ser entendida como material e simbólica (SANTOS, 2009).

- **Permanência material:** ter condições estruturais e econômicas para estar na instituição.
- **Permanência simbólica:** ter sensação de pertencimento, de familiaridade, de identificação, que se fazem também meios necessários para continuar na instituição.

A respeito da diferença entre evasão e permanência escolar, são esclarecedoras as argumentações de Tinto (2006):

[...] sair não reflete ficar. Saber por que os alunos saem não explica porque os estudantes persistem. Saber por que o aluno sai não diz às instituições o que elas podem fazer para ajudar os alunos a ficarem e terem sucesso. No mundo da ação, o que importa não são as nossas teorias em si, mas como essas teorias ajudam as instituições a implementarem questões práticas de persistência. Infelizmente, as teorias atuais de abandono estudantil não são bem adaptadas a essa tarefa. Isso explica, por exemplo, o fato de que as teorias atuais de abandono/evasão estudantil normalmente utilizam abstrações e variáveis que são, por um lado, muitas vezes difíceis de operacionalizar e traduzir em formas de prática institucional e, por outro, focam em assuntos que não estão diretamente sob a influência imediata das instituições (Tinto, 2006, p. 6, tradução livre).

3 /

Evidências disponíveis

3.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA LITERATURA

Para atender aos objetivos dessa síntese, realizamos pesquisa de seleção e análise da literatura acadêmica e de documentos oficiais referentes ao tema da permanência escolar de estudantes negros nos anos finais do ensino fundamental. A busca se deu nas principais bases de dados de periódicos científicos de referência nacional e internacional, bem como em bancos de teses e dissertações das principais instituições de ensino superior do Brasil (SciELO Brasil, Portal Capes, Google acadêmico, CLACSO) e de várias legislações brasileiras que tratam sobre o tema da educação (CF/1988; ECA/1990; LDBEN 9.394/1996).

Partimos de um conjunto de palavras-chave relacionadas ao tema, lançadas de forma individual ou combinada com outras palavras-chave nos sistemas de busca disponíveis. A combinação de palavras foi iniciada de maneira bem específica em relação ao tema proposto, mas ampliada e flexibilizada à medida em que não obtínhamos resultados a partir de suas inserções como chaves de busca nas bases de dados. Utilizamos expressões como “Permanência de estudantes negros no ensino fundamental”; “Permanência de alunos negros no ensino fundamental”; “Permanência de negros no ensino fundamental”; “Permanência no ensino fundamental anos finais”;

Identificamos uma carência de publicações que versam sobre o tema da permanência em se tratando de estudantes negros nos anos finais do ensino fundamental.

“Permanência no ensino fundamental”; “Permanência nos anos finais do ensino fundamental”; “Estratégias de permanência escolar”+”ensino fundamental”, sendo que a maioria delas apresentou como resposta em

todas as bases consultadas o termo “Nenhum resultado encontrado”. Quando a busca resultou em um determinado conjunto de publicações, procedemos à leitura do título e, em seguida, dos respectivos resumos na tentativa de encontrar elementos que remetessem diretamente à questão da permanência de estudantes negros nos anos finais do ensino fundamental. As expressões “Permanência escolar”, “Permanência no ensino fundamental”, “Estratégias de permanência escolar”+”ensino fundamental” e “Permanência nos anos finais do ensino fundamental” reportaram um total de 7.562 publicações nacionais e internacionais entre livros, artigos, dissertações e teses.

Logo identificamos uma carência de publicações que versam sobre o tema da permanência em educação em se tratando de estudantes negros nos anos finais do ensino fundamental, o que também é observado em outros levantamentos (Carmo; Oliveira; Almeida, 2020). Constatamos que a grande maioria das produções disponíveis tratam do tema da permanência e suas interfaces com questões de equidade socioeconômica, de gênero e étnico-racial no [ensino superior](#), no [ensino tecnológico](#), seguidas daquelas que versam sobre a [educação de jovens e adultos \(EJA\)](#) e sobre o [ensino médio regular](#). Pouquíssimas delas referiam-se especificamente aos anos finais do ensino fundamental. Este já é um indicativo da necessidade de investigação sobre estratégias de busca da permanência estudantil nos anos finais dessa etapa da educação básica.

Os resultados apurados reiteraram o fato de que o tema da permanência é recente e pouco tratado no escopo das produções acadêmicas e nas legislações pertinentes ao ensino fundamental regular, conforme já haviam apontado Carmo, Oliveira e Almeida (2020) e que os recortes étnico-raciais associados aos anos finais dessa etapa da educação são ainda muito mais escassos. Após o processo de análise, decidimos utilizar nove produções que consideramos relevantes por oferecerem subsídios empíricos que possam fundamentar proposições de políticas públicas para a promoção da permanência de estudantes nos anos finais do ensino fundamental no Brasil.

Tabela 2 – Produções acadêmicas utilizadas como base para evidências.

Título	Autor(es)	Ano
Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos.	Paulo Vinicius Baptista da Silva; Rozana Teixeira; Tânia Mara Pacifico.	2013
Da inquietação sobre a abissal diferença quantitativa entre as publicações sobre a permanência e a evasão escolar.	Gerson Tavares do Carmo; Gleice Emerick Oliveira; Georgia Maria Mangueira.	2020
Necroeducação – reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro.	Aline Pereira da Costa; Carlos Henrique dos Santos Martins; Heloise da Costa Silva.	2020
Igualdade racial e ações afirmativas na Argentina e Brasil.	Anny Ocoró Loango; Paulo Vinicius Baptista da Silva.	2022
Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira.	José Francisco Soares; Maria Teresa Gonzaga Alves; José Aguinaldo Fonseca.	2021
Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do FUNDEB.	Zara Figueiredo Tripodi; Victor Maia Senna Delgado; Eduardo Januário.	2022
Expectativas dos professores e mismatch racial na escola pública brasileira.	André Vieira.	2018
O processo de ensino-aprendizagem e suas relações com as expectativas docentes acerca do desempenho escolar.	Otávio Henrique Teixeira.	2020
Avaliação informal e expectativa docente: compreendendo e relacionando conceitos.	Camila Maria Santos; Luana Ferrarotto	2021

Para além das referências mencionadas nessa tabela, foi utilizada ainda uma bibliografia adicional como apoio às argumentações desenvolvidas. Tal bibliografia está diretamente ligada ao tema que discutimos aqui e traz aportes teóricos que nos auxiliaram a esclarecer conceitos importantes para as discussões, bem como dados que usamos em nossas argumentações.

3.2 RESULTADOS

As evidências mostram que há duas vertentes associadas ao tema das estratégias de busca pela permanência escolar de nossos estudantes. Uma mais sistêmica e abrangente, ligada ao desenvolvimento e/ou reformulação de políticas públicas no âmbito da gestão dos sistemas educacionais (financiamento, articulação intersetorial, programas de ampliação da jornada escolar, programas de apoio financeiro a estudantes e suas famílias, monitoramento e avaliação de programas e ações do Estado para com a educação). Outra mais ligada às possíveis ações das equipes das escolas, seja internamente (ações de acolhimento) ou na articulação com as famílias (relação escola e comunidade) e com a rede de proteção ofertada por órgãos ligados à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (conselho tutelar, ministério público etc). Considerando os propósitos dessa síntese de evidências, trataremos apenas daquelas que incidem sobre a formulação e execução de macropolíticas educacionais que possam efetivar as parcerias constitucionais de cumprimento dos direitos de acesso, permanência, aprendizagem e equidade educacional. Organizamos as produções que selecionamos nas quatro dimensões que são apresentadas a seguir.

> A. Livros didáticos e demais materiais pedagógicos afetam as trajetórias escolares dos estudantes.

Em seu artigo, Silva, Teixeira e Pacífico (2013) analisam materiais integrantes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) buscando compreender permanências e mudanças ligadas às relações entre negros e brancos em livros didáticos de língua portuguesa, história, geografia e ciências. Os resultados levam os autores a identificarem mais continuidade que mudanças nos discursos dos livros que hierarquizam brancos e negros e apontam para um maior cuidado no enfrentamento dessa questão.

Em corroboração a esse estudo, Costa, Martins e Silva (2020) argumentam sobre a morte simbólica dos jovens negros em nosso sistema educacional, identificando-a como consequência de um processo deliberado de sua invisibilização. Apontam, por um lado, que nosso país possui um conjunto incompleto de leis que não garantem o acesso e a permanência dos jovens negros nas escolas. Por outro lado, explicitam que nosso sistema de ensino opera com uma “inclusão excludente”, na medida em que sua uniformização, materializada, por exemplo, na construção dos currículos e da própria estrutura escolar, retira a possibilidade de abordagens mais diversas, além de inviabilizar processos de identificação dos estudantes com o universo escolar em que se inserem.

Nesse sentido, Costa, Martins e Silva (2020) defendem que um dos caminhos possíveis é a reestruturação dos materiais didáticos utilizados pelas escolas. Baseando-se em estudos como os de Silva (2011), Silvério e Motokane (2019) e Martins e Pureza (2020), os autores explicitam que permanece ainda uma baixa representatividade do negro e de suas manifestações culturais nos materiais. Apontam também que há uma sub-representação dos corpos negros em livros didáticos do ensino fundamental nas disciplinas de biologia e geografia, por exemplo.

Os autores propõem a instituição de medidas, intervenções ou políticas públicas voltadas para a superação da exclusão social da população negra, as quais precisam estar estruturadas em ações que viabilizem a “[...] (re)constituição da identidade desses indivíduos negros como pertencentes a um povo dotado de memória (ancestralidade) e a uma história de resistência negra” (Costa, Martins e Silva, 2020, p. 19).

Permanece ainda uma baixa representatividade do negro e suas manifestações culturais nos materiais didáticos.

Já Loango e Silva (2022) buscam captar a incorporação da Educação das Relações

Étnico-raciais (ERER) a partir de 36 estudos de caso em escolas das cinco regiões brasileiras. Analisam as dimensões de: estrutura física e condições da escola; envolvimento da gestão e trabalho coletivo dos docentes; formação continuada e material de apoio; e avanços e limites dos trabalhos de ERER. Concluem que o trabalho com africanidades vem sendo incorporado em práticas pedagógicas sem assumir papel central e apontam a formação de docentes para lidar com as temáticas de ERER como um limitador importante. Observaram ainda que escolas que desenvolvem experiências articuladas com núcleos de referência das secretarias de educação e com Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e que realizam processos de planejamento e execução coletivos produzem experiências mais significativas e sustentáveis.

> B. As políticas de avaliação educacional podem ser reformuladas para promover maior equidade socioeconômica e étnico-racial.

Na vertente de uso de indicadores educacionais, Soares, Alves e Fonseca (2021) utilizam dados longitudinais do Censo Escolar de 2007 a 2015 para analisar a permanência dos estudantes na escola, por meio de suas trajetórias escolares. Classificam as trajetórias em três tipos – regular, com poucas irregularidades e com muitas irregularidades – e mostram que uma proporção alta de meninos de cor/raça preta apresentam trajetórias com muitas irregularidades. Nesse sentido, argumentam que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) orienta precariamente as políticas públicas de educação ao não considerar parte importante das dificuldades de muitos estudantes em manter uma trajetória escolar regular. Recomendaram a inclusão das trajetórias educacionais no monitoramento da qualidade da educação e que “[...] um novo Ideb considere não somente o aprendizado acumulado no final de cada etapa escolar daqueles estudantes que permaneceram no sistema, mas também a trajetória de cada coorte que ingressa no sistema educacional” (2021, p. 17).

> C. As políticas de financiamento educacional podem ser reformuladas para promover maior equidade socioeconômica e étnico racial.

No tocante ao financiamento da educação, Tripodi, Delgado e Januário (2022) discutem limites do financiamento educacional para a redução de desigualdades raciais. Constatam que quase três décadas após a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e mais de quinze anos de instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não conseguimos promover equidade entre aprendizado de alunos brancos e negros no país, persistindo uma desigualdade racial que o aporte de recursos oriundo das políticas de fundo não conseguiram reverter. Os autores expõem subsídios para a construção de um índice de alocação mais equitativa de recursos financeiros na perspectiva do VAAR/Fundeb¹ no sentido de um princípio de diferença e de justiça corretiva, de modo a evidenciar o peso do atributo racial na medida de equidade estabelecida pela Lei n. 14.113 de 2020. A postura interpretativa assumida pelo trabalho defende que a superação das desigualdades educacionais raciais exige que o Estado avance no pressuposto de igualdade de tratamento no aporte de recursos às escolas.

> D. Expectativas docentes em relação aos estudantes afetam as trajetórias educacionais.

Em relação aos efeitos das expectativas docentes sobre as trajetórias escolares dos estudantes, Vieira (2018) examina em que medida as similaridades e discrepâncias raciais entre professores e alunos nas turmas das escolas públicas brasileiras influenciam as expectativas dos docentes. Os dados utilizados são da Prova Brasil 2013. O autor conclui que a similaridade racial entre professores e turmas de alunos negros está associada a maiores expectativas docentes, especialmente quanto à conclusão do ensino fundamental e à entrada na universidade. Tais resultados são corroborados por Teixeira (2020). Expectativas elevadas sobre o rendimento e o desempenho dos estudantes por parte dos professores são apontadas na literatura como um dos fatores característicos de escolas eficazes (Bressoux, 2003; Sammons, 2008), as quais produzem resultados escolares acima do esperado, tendo em vista o perfil do público atendido.

Santos e Ferrarotto (2021) associam práticas avaliativas informais desenvolvidas pelos professores às diferentes expectativas que eles têm sobre seus estudantes, as quais, por vezes, reforçam um tratamento desigual e geram percalços nas trajetórias discentes. Apontam que os docentes podem favorecer alguns estudantes em detrimento de outros conforme suas expectativas, e que, segundo estudos já realizados, alguns estudantes parecem estar mais expostos aos efeitos da profecia autorrealizável de tais expectativas, como os de baixo nível socioeconômico e os de grupos étnicos minoritários. As autoras sugerem uma reconfiguração da formação de docentes no sentido de maior compreensão dos efeitos de processos avaliativos formais e informais da aprendizagem, de forma a direcionar os olhares para a heterogeneidade característica do corpo discente das escolas, rompendo com visões meritocráticas, classificatórias e excludentes.

[1. Para mais informações sobre o VAAR/Fundeb, consultar: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/eventos/fntu/viiiifntu/apresentacoes/evento-79-condicionalidades-para-o-recebimento-da-complementacao-fundeb-vaar.pdf>; <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-esclarece-regras-da-complementacao-vaat-e-vaar-da-uniao-ao-fundeb>.

4 /

Recomendações

OS ESTUDOS ANALISADOS APONTAM ESTRATÉGIAS que contribuem para a permanência escolar mais justa e regular dos estudantes no ensino fundamental. Essa permanência, implica nos aspectos já mencionados das dimensões material e simbólica que vêm comprometendo as trajetórias escolares dos discentes, marcadamente, negros e pobres. Retomamos aqui o apontamento sobre a carência de estudos que enfoquem especificamente a perspectiva étnico-racial, mas reiteramos o fato de que as pesquisas retratadas trazem evidências de entrecruzamentos entre fatores socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero, de localização, entre outras, que, conforme já mencionados por Soares *et al.* (2021), operam de forma concomitante e entendemos que não podem ser tratados de forma separada quando se pretende estabelecer ações efetivas de promoção à equidade educacional no Brasil.

De forma geral, indicamos que as recomendações a seguir levem em consideração a possibilidade de inserção de proposições no âmbito do programa Brasil na Escola², o qual objetiva inovar estratégias de permanência e aprendizagem de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, visando a execução das metas 2 e 7 do PNE 2014-2024, com apoio técnico e financeiro para as escolas, valorização de boas práticas e inovação. O programa prevê formações, seminários, fóruns e estudos sobre o ensino fundamental e seleção de escolas para o estímulo a projetos inovadores.

- **Revisar sistematicamente as políticas públicas de produção e distribuição de materiais e livros didáticos**, como é o caso do PNLD, no sentido de monitorar, reformular e reorientar as práticas educativas na perspectiva das relações étnico-raciais nos currículos das disciplinas que compõem o ensino fundamental e médio, conforme já preconizado pela Lei 10.639/2003, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004, e pela Lei 11.645/2008.
- **Formular programas de formação inicial e continuada de docentes**, voltados especialmente para o trabalho com questões ligadas à Educação para as Relações Étnico-raciais.
- **Promover políticas públicas que estimulem parcerias e articulações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC com núcleos de referência das secretarias de educação, de assistência social e de saúde dos municípios, bem como com Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros** para ações focadas na permanência escolar de estudantes negros e pobres das regiões com maiores índices de abandono, evasão e repetência escolar.
- **Incluir análises das trajetórias educacionais no monitoramento da qualidade da educação**, de forma que um “novo Ideb” considere a trajetória de cada coorte que ingressa no sistema educacional, levando em consideração características étnico-raciais e socioeconômicas dos estudantes e desigualdades entre as regiões do país.
- **Reformular o cálculo de repartição dos recursos do novo Fundeb com base na construção de um Índice de Desigualdades Educacionais Raciais (Ider)**, de forma a direcionar a distribuição de 2,5% de recursos do novo Fundeb

[2. Para saber sobre o Programa, ver: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola>.

para aqueles que mais precisam, ou seja, as redes e escolas que apresentam desigualdade racial na aprendizagem mais pronunciada.

- **Formular estratégias de formação inicial e continuada de professores para a compreensão da relação entre processos avaliativos da aprendizagem e expectativas docentes** diante da diversidade discente existente nas escolas, com especial atenção aos seus efeitos sobre estudantes de baixo nível socioeconômico e pertencentes a grupos étnicos socialmente preteridos.
- **Formular e desenvolver, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, pesquisas em larga escala sobre boas práticas de promoção da permanência estudantil nos anos finais do ensino fundamental**, com ênfase especial ligada àquelas voltadas à promoção da equidade socioeconômica e étnico-racial.

EXPEDIENTE

D³e - DADOS PARA UM DEBATE
DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO

Antonio Bara Bresolin
Diretor-executivo

Olivia Silveira
Diretora de Conhecimento Aplicado

Bruna Du Plessis G. Ferreira
Analista de Conhecimento Aplicado

Clarissa Kowalski
*Coordenadora de Comunicação
Institucional*

Referências bibliográficas

- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, 2016, p. 49-81. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/181>. Acesso em: 23 out. 2023.
- ALVES, M. T. G. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceitualização e operacionalização empírica. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 110, p. 189-214, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Kgn3rk4gnpRT3XhNCDMLTsF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: PNAD Contínua 2019 - Educação. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,A-adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,e%20dezoito%20anos%20de%20idade. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 out. 2023.
- BRESSOUX, P. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 38, dez. de 2003, p. 17-88. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271134780_As_pesquisas_sobre_o_efeito-escola_e_o_efeito-professor. Acesso em: 18 out. 2023.
- CARMO, G. T.; OLIVEIRA, G. E.; ALMEIDA, G. M. M. de. Da inquietação sobre a abissal diferença quantitativa entre as publicações sobre a permanência e a evasão escolar. *In: VIII SITRE – Trabalho, Relações de trabalho, Educação e identidade*, 2020, Belo Horizonte. **Anais [...]** – ISSN 1980-685X. Disponível em: 10.47930/1980-685X.2020.0804. Acesso em: 16 out. 2023.
- COSTA, A. P. da; MARTINS, C. H. dos S.; SILVA, H. da C. Necroeducação - reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250043, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8d-CVDDgWxGdykbWLxXWfWbz/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2023.
- FERNANDES, R. Ensino médio: como aumentar a atratividade e evitar a evasão? *Gestão do Conhecimento Instituto Unibanco Linhas de Pesquisa 2009/2010*. Universidade de São Paulo, 2010. **Observatório de educação, ensino médio e gestão**. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-como_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.
- LOANGO, A. O.; SILVA, P. V. B. da. Igualdade Racial e Ações Afirmativas na Argentina e Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, e264465, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CgRTS9W8tLdXJpFWXQPNkcF/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINS, A.; PUREZA, M. G. B. O ensino de geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 24, e18, 2020, p. 1-31. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/40314>. Acesso em: 20 out. 2023.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011, p. 389- 430. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/7zYMRtbyB-f3FqvXMLbz5CQb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

NERI, M. C. Motivos da evasão escolar. In: NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

RIBEIRO; C. C.; CENEVITA, R.; BRITO, M. M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960-2010. In: ARRETICHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, p. 79-108.

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In: Brooke, N.; Soares, J. F. (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SANTOS, C. M.; FERRAROTTO, L. Avaliação informal e expectativa docente: compreendendo e relacionando conceitos. **Linha Críticas II**, v. 27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36736/30551>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ações afirmativas. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, P. V. B. da. TEIXEIRA, R. PACÍFICO, T. M. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013, p. 127-143,. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NqFDpd4xQpgQLptjZKMZnCk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, A. C. da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8688/1/Ana%20Ceia%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVÉRIO, F. F.; MOTOKANE, M. T. O corpo humano e o negro em livros didáticos de biologia. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 34, n. 108, maio-ago 2019, p. 26-41. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8773>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOARES, J. F ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, 2021, e0167. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZRM8LBTq-QMHMDQNJDwjQZQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

TEIXEIRA, O. H. **O processo de ensino-aprendizagem e suas relações com as expectativas docentes acerca do desempenho escolar**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28093/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

TINTO, V. Research and practice of student retention: what next? **Journal of college Student Retention: Research, Theory & Practice**, v. 8, n. 1, 2006, p. 1-19. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/4YNU-4TMB-22DJAN4W?journalCode=csra>. Acesso em: 29 set. 2023.

TRIPODI, Z. F.; DELGADO, V. M. S.; JANUÁRIO, E. Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do Fundeb. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022, e254823_pt,. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pqTNZcTjLmXFcNrVMDfjVGp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

VIEIRA, A. Expectativas dos professores e mismatch racial na escola pública brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, abr./jun. 2018, p. 412-445. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GCcx37jvQCQ6VXvNWRNnH95v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

A SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS é um documento que reúne dados, informações e evidências científicas, publicadas no Brasil e no mundo, sobre políticas educacionais. Para organizá-la, é adotada uma metodologia robusta para o levantamento e sistematização das evidências: escolha de artigos que sejam referência no campo internacional (altas taxas de citação), publicados em revistas reconhecidas internacionalmente (de acordo com rankings acadêmicos de prestígio) e pertencentes a diferentes áreas de conhecimento (como educação, administração pública e economia, dentre outros).

Entendemos, porém, que toda metodologia possui restrições e, com o intuito de colaborar para o debate democrático das políticas educacionais, avaliamos que é central declarar a ciência de que há limitações nesta síntese, intrínsecas a qualquer estudo de cunho acadêmico. Neste sentido, não pretendemos esgotar toda a literatura nem apresentar uma síntese exaustiva ou conclusiva. Ao contrário, nosso intuito é oferecer um material robusto para auxiliar os gestores na tomada de decisões e fomentar o debate baseado em evidências, que pode e deve ser complementado por outras perspectivas.



O D³e - DADOS PARA UM DEBATE DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO É UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL,

sem fins lucrativos, que busca aproximar conhecimento técnico e científico dos tomadores de decisão no campo das políticas públicas educacionais brasileiras, contribuindo para qualificar as tomadas de decisão. A fim de enriquecer o debate educacional e influenciar positivamente a mudança do cenário no país, estimulando o uso de dados e evidências científicas. Desde 2018 o D³e elabora relatórios que consolidam aprendizados sobre tópicos educacionais no Brasil e no mundo, originados de pesquisas e artigos acadêmicos; dissemina conteúdos qualificados para educadores, gestores públicos, congressistas, membros da academia e da sociedade civil e promove debates e discussões a respeito de temas sensíveis e relevantes para o campo educacional.